

# INVENTÁRIO DOS IMÓVEIS DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA

---

Lourdes Maria Serbake<sup>1</sup>

Claudia Mimbela Flores<sup>2</sup>

Fábio Domingos Batista<sup>3</sup>

## RESUMO

O presente artigo propõe o inventário do Setor Histórico de Curitiba com o objetivo de analisar os usos e as apropriações da área que foi delimitada na década de 1970, através do Decreto Municipal nº 1.160/1971, com a finalidade de salvaguardar as edificações e o conjunto urbano que materializavam a memória arquitetônica da cidade. Para uma maior compreensão das questões pertinentes à proteção de conjuntos urbanos foram pesquisadas algumas ações realizadas nos centros históricos de outras capitais brasileiras e também os conceitos e diretrizes realizados pelos órgãos de proteção ao patrimônio cultural e por especialistas na área. A partir dos estudos de caso foi possível elaborar e aplicar uma metodologia de levantamento que identificou todos os imóveis existentes no recorte denominado Setor Histórico de Curitiba. A partir dos resultados das análises foi possível apontar algumas diretrizes que poderão contribuir para a salvaguarda desse importante conjunto arquitetônico e urbano.

Palavras-chave: Curitiba. Setor Histórico. Inventário. Patrimônio Cultural.

---

<sup>1</sup> Aluna do 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: lourdes.m.serbake@mail.fae.edu

<sup>2</sup> Aluna do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAE Centro Universitário. Voluntário do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: claudia.flores@mail.fae.edu

<sup>3</sup> Orientador da Pesquisa. Mestre em Tecnologia do Ambiente Construído pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor da FAE Centro Universitário. *E-mail*: fabio.domingos@fae.edu

## INTRODUÇÃO

As cidades brasileiras sofreram um processo de intenso crescimento urbano a partir da segunda metade do século XX, devido a vários fatores relacionados a questões econômicas e sociais, sobretudo, à industrialização e as mudanças no modo de produção, que resultaram em um intenso êxodo rural<sup>4</sup>.

A cidade ganhou muito protagonismo no século passado e a partir da década de 1960 o Brasil se tornou um país urbano, ou seja, a maioria da população estava vivendo em cidades<sup>5</sup>. O rápido crescimento exigiu a supressão de importantes conjuntos históricos, resultando na perda irreparável de parte do patrimônio cultural local e nacional. Com o objetivo de resolver essa questão e também de conciliar a pressão imobiliária com a salvaguarda dos conjuntos históricos remanescentes foram elaborados planos diretores em diversas cidades brasileiras que delimitaram os setores específicos onde o patrimônio cultural deveria ser salvaguardado.

Nesse período também ocorreram diversos encontros de especialistas da área de patrimônio cultural, no âmbito nacional e internacional, com o objetivo de propor diretrizes e estratégias de conservação dos conjuntos históricos urbanos.

Curitiba, assim como outras grandes cidades brasileiras, sofreu um intenso crescimento e adensamento da área central a partir dos anos 1950. O antigo plano diretor, conhecido como Plano Agache, já não era condizente com a realidade urbana da capital paranaense, desta forma um novo plano deveria ser contratado.

O Plano Preliminar de Urbanismo foi confeccionado na década de 1960<sup>6</sup> e entre as suas diretrizes estava a previsão de criação de um Setor Histórico – SH que deveria preservar uma grande parte do patrimônio material imóvel da cidade. O plano específico, relativo ao SH, foi elaborado no início da década de 1970, coordenado pelo arquiteto Cyro Corrêa Lyra (CURITIBA, 1970).

Passados cerca de 50 anos do Plano do Setor Histórico, Curitiba sofreu diversas mudanças na sua materialidade urbana e também foram realizadas algumas revisões no Plano Diretor, com o objetivo de atualizar as diretrizes face às novas demandas que se apresentaram ao longo dos anos. A dinâmica da cidade também refletiu no Setor Histórico, desta forma a análise dos usos, das referências arquitetônicas e da densidade é essencial para a compreensão das apropriações dos imóveis históricos e do nível

---

<sup>4</sup> A relação entre crescimento urbano, êxodo rural e industrialização pode ser verificado através dos índices apontados pelo Censo do IBGE ao longo do século XX.

<sup>5</sup> Segundo o Censo do IBGE, em 1995 a população urbana ultrapassou a população rural. (IBGE. Censo 2010).

<sup>6</sup> Fonte: [www.cmc.pr.gov.br/ass\\_det.php?not=25692#&panel1-1](http://www.cmc.pr.gov.br/ass_det.php?not=25692#&panel1-1). Acesso em: 6 jul. 2020.

de conservação do conjunto urbano e também para verificar a eficácia das diretrizes propostas na década de 1970.

O presente artigo é fruto da pesquisa bibliográfica e do levantamento de campo realizado nos anos de 2019 e 2020 no Setor Histórico de Curitiba – SH com objetivo principal de trazer a luz os resultados das diretrizes do SH elaboradas na década de 1970 e também trazer a discussão sobre a apropriação dos imóveis históricos face às dificuldades relativas à sua preservação e os possíveis usos que resultam em um ambiente urbano mais diverso e democrático, que respondam às demandas da cidade e ao mesmo tempo preservem o seus testemunhos do passado materializados em construções com diversas referências arquitetônicas.

## 1 OS CENTROS HISTÓRICOS NO BRASIL

A materialidade das primeiras cidades brasileiras ocorreu quase que exclusivamente na área que atualmente conhecemos como centro. Nessa delimitação espacial ocorriam as principais atividades comuns em uma cidade, como o lazer, o trabalho e a moradia<sup>7</sup>. A partir do final do século XIX diversas mudanças sociais e econômicas refletiram na dinâmica urbana tradicional. Conforme afirma Brito (2006), o forte crescimento econômico, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, resultou em uma expansão descontrolada das cidades brasileiras. No caso de Curitiba, o espraiamento levou a ocupação de outras regiões e na criação de novas centralidades e polos econômicos, deixando o centro esvaziado e até abandonado, com a utilização de apenas partes da estrutura existente<sup>8</sup>.

O esvaziamento das áreas centrais resultou na marginalização, degradação e desvalorização de grande parte do centro, conforme demonstra a pesquisa de Gadens (2008, p. 3). O Expressivo conjunto de imóveis com grande importância cultural foi sendo continuamente degradados, causando perdas irreparáveis para a história e para a memória da cidade e de seus habitantes, conforme afirma Teixeira (2018). Edificações que antes refletiam a importância econômica e eram sinônimos de progresso passaram a ter ocupações menos nobres, subusos ou completo abandono. Muitos dos importantes edifícios de outrora não mais se adaptavam aos novos usos e exigências, pois possuíam uma materialidade obsoleta, que não era condizente com as novas necessidades contemporâneas.

---

<sup>7</sup> Essa afirmação é possível a partir da análise dos mapas presentes no livro *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial* de Reis Filho, 2001.

<sup>8</sup> É possível analisar o mapa da evolução da ocupação urbana de Curitiba, produzido pelo IPPUC em 2012 e verificar o espraiamento da cidade e criação de novas centralidades a partir das vias estruturais.

Esse panorama era comum em diversas cidades do Brasil e do exterior. Desta forma o abandono e degradação das áreas centrais começaram a ser discutidas em fórum e em encontros de especialistas em cidades de dentro e fora do país.

A preocupação com a salvaguarda dos centros históricos sensibilizou o Governo Brasileiro que criou em 1973 o Programa das Cidades Históricas – PCH, tendo como principal articulador o arquiteto Renato Soeiro:

Em 1975, o Conselho da Europa havia lançado a *Declaração de Amsterdam* que consolidava o entendimento que a preservação das cidades e Centros históricos só podia ser alcançada por meio do planejamento urbano. É nessa linha que Soeiro entendia ser possível a preservação de nossas cidades Históricas. Ele sabia que não poderia preservar essas cidades e os sítios naturais sem a participação dos municípios, dos estados e da sociedade. Para isso, ele promove os Encontros de Governadores, de Brasília (1970) e de Salvador (1971), em que é assumido um pacto federativo pelo patrimônio. Já ali era reivindicada a Criação do Ministério da Cultura (AZEVEDO, 2016).

O PCH foi desativado no início da década de 1980, mas mesmo tendo uma curta existência trouxe uma importante contribuição para a salvaguarda de conjunto históricos através da implementação políticas consistentes para a sua preservação. O conceito de preservar os conjuntos históricos já era uma preocupação dos órgãos de preservação, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também de órgãos estaduais e municipais. A compreensão que a preservação de conjuntos e cidades históricas era de suma importância já havia sido demonstrada em congressos e cartas patrimoniais, como o Compromisso de Salvador (1971), Carta de Washington (1986), Carta de Petrópolis (1987), entre outras.

As regiões centrais das cidades materializam o legado físico da história e memória urbana, refletindo os antigos usos e costumes tão importantes para identidade local. Diversas cidades brasileiras passaram por reformas e novas setorizações na área central, com o objetivo de salvaguardar, pelo menos uma parte, do seu patrimônio cultural. Um exemplo é a cidade de Salvador, que foi a primeira capital do Brasil, cujo centro histórico passou por um acentuado processo de degradação, de modo que importantes marcos do passado foram abandonados às intempéries do tempo. Salvador iniciou o processo de revitalização do seu Centro Histórico no início dos anos 1970, porém foi somente na década de 1990 que o processo foi efetivado, com a restauração do Bairro do Pelourinho, conforme discorreu Braga (2008, p. 67) em sua pesquisa. Segundo Teixeira (2018), o projeto teve como foco principal o desenvolvimento econômico pautado no turismo, estratégia comum nos centros históricos brasileiros na década de 1990.

A revitalização do Pelourinho consistia na recuperação de alguns imóveis importantes formando âncoras que deveriam atrair uma onda de renovação para a área

e conseqüentemente um novo público e novos investidores resultando na recuperação outros imóveis e implementando novos usos. Essa onda de renovação ressignificou o Centro Histórico de Salvador transformando-o em um importante cartão postal, o que gerou diversas críticas, segundo Braga (2008, p. 110), devido a expulsão da população originária do local e a gentrificação dos imóveis e do espaço urbano.

Pelourinho não é mais aquele.  
Olha a cara dele  
Você não fica à toa  
Tem muita gente boa  
[...]  
Aqui tudo mudou  
São quinze anos que brilhou  
[...]  
Negros conscientizados  
Cantam e tocam no Pelô  
Pelourinho, primeiro mundo  
Cartão postal de Salvador (OLODUM, 1994)

Segundo Teixeira (2018) Plano de Recuperação do Centro Histórico de Salvador – CHS previa e intervenção em sete etapas, porém entre os anos de 1991 e 1999 foram executadas seis delas. A proposta consistia na transformação do “CHS em um local voltado para o turismo internacional”, que resultaram na expulsão de 2.195 famílias (TEIXEIRA, 2018). Devido a organização da população local, através do Ministério Público da Bahia, a sétima etapa deveria ser a requalificação de alguns imóveis destinado a moradias. Os projetos foram contratados através de concurso público realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e pela Caixa Econômica Federal em 2006, porém as obras não foram executadas.

A análise do processo de revitalização do Centro Histórico de Salvador é fundamental para a compreensão das ações realizadas em outras cidades do Brasil. Mesmo diante do sucesso atribuído à ação, a ausência de participação da população local na tomada de decisões e a expulsão e conseqüente gentrificação da área poderiam ser amortizadas com a inserção de projetos habitacionais que teriam como público a população tradicionais do local.

Segundo Gehl (2013, p. 64), “A reconstrução da paisagem dos cenários históricos está vinculada a um melhor cenário social”, desta forma a transformação poderá resultar na melhora da qualidade de vida da população local e conseqüentemente na “segurança e saúde” de seus moradores.

## 2 O CENTRO DE CURITIBA

O espaço urbano como objeto de estudo reflete o desenvolvimento socioespacial e econômico da cidade. A estruturação de uma Curitiba pitoresca e colonial transformou-se, ao longo do século XIX, “numa linguagem de símbolos sociais, numa expressão manifesta de poder e de novidades tecnológicas”. (BRESCIANI, 1985, p.43). Em decorrência da revolução industrial, a ascensão de imigrantes alemães e italianos à cidade contribuíram para o aparecimento deste novo cenário paisagístico – como principal exemplo por sua proximidade com o Largo Matriz, a farmácia Stellfeld “construída em 1863, foi tomada como marco referencial da entrada do ecletismo em Curitiba via construtores alemães”. (SUTIL, 1996, p.17).

O surgimento da Estação Ferroviária no final do século XIX fez com que o crescimento comercial e populacional se direcionasse ao sul. As ruas XV de Novembro e a Barão do Rio Branco foram importantes diretrizes de expansão do centro. Segundo Pombo (1980) o início do século XX materializou uma Curitiba expressiva e sinérgica, com ruas que assemelham-se aos grandes bulevares europeus, com modernos equipamentos urbanos, iluminação elétrica, parques e jardins. A moderna capital possuía o tráfego diário de bondes e veículos em abundância.

O século XX foi marcado por diversos processos de planejamentos urbanos e a sistematização de zonas setoriais da cidade. O plano Agache, elaborado em 1943, teve como um de seus objetivos a criação de traçados radiais nos arredores do centro. (OBA, 1998). A expansão dos tecidos urbanos ocasionou o surgimento de outras centralidades, provocando a estagnação do centro antigo. Um novo plano foi contratado na década de 1970, desenvolvido pela empresa paulista SERETE e coordenado pelo urbanista Jorge Wilhelm, com a participação de uma equipe local<sup>9</sup>. No cenário de planejamento do novo plano diretor surgiu a questão da salvaguarda do patrimônio curitibano, que estava exposto a crescente pressão imobiliária, pois na década de 1960 a área central ainda se mantinha como principal endereço para os novos empreendimentos imobiliários da capital paranaense. A solução encontrada foi a delimitação de um Setor Histórico, juntamente com o Plano Diretor de 1966.

O processo de criação do Setor Histórico, com o intuito de preservar os patrimônios edificados como forma de documentar o passado histórico e as fases de suas histórias (CURITIBA, 1970). Dessa forma, o plano de Setor Histórico, coordenado por Cyro Corrêa Lyra, buscou “a transformação da área em um centro que se concentre equipamentos de cultura e determinadas atividades comerciais, ambos significativos

<sup>9</sup> Disponível em: [www.ippuc.org.br/mostrarlinhadotempo.php?pagina=12](http://www.ippuc.org.br/mostrarlinhadotempo.php?pagina=12). Acesso em: 6 jul. 2020.

com atrações turísticas, e capazes de uma revitalização da área” (CURITIBA, 1970, p. 02). O plano contava com o levantamento de edificações consideradas significativas em sua arquitetura e entorno, de modo a torná-las referenciais importantes à cidade (CURITIBA, 1970, p. 29).

No intuito de transformar a região central no principal foco de turismo da cidade, a classificação das unidades do Setor Histórico – SH propunha medidas de preservação às edificações presentes na área, as quais eram classificadas em:

- Unidades-monumento: Formando a linha de frente do plano, englobava as edificações tombadas a nível estadual – as quais faziam parte do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.
- Unidades de acompanhamento: São os edifícios cuja arquitetura e alterações projetuais não permitiam fazer parte da unidade-monumento, entretanto, integravam-se às características urbanas do SH.
- Unidades incaracterísticas: compõem-se os prédios sem referencial arquitetônico. Sua remoção não influenciava a continuidade da paisagem no setor, sendo sua ausência desejável para a reiteração da região.

As medidas gerais de preservação das principais edificações no SH tinham como objetivo manter a integridade dos edifícios e do entorno. A estipulação de diretrizes de altura de novos edifícios limitada à 2 pavimentos, cuidado com pinturas, alterações de vãos e esquadrias foram medidas gerais para a unanimidade do uso e das escalas dos conjuntos do setor (CURITIBA, 1970).

As medidas urbanísticas contextualizaram preposições e instrumentos direcionados à valorização dos interesses turísticos e culturais da região. O remanejamento das praças e a criação de diretrizes integrariam o sistema viário e a valorização de símbolos da história da cidade. O zoneamento do Setor Histórico determinou os usos possíveis das edificações (CURITIBA, 1970):

- Usos permitidos: entidades culturais, escritórios e consultórios, ateliers de artes, oficinas de artesanato, galeria de arte, restaurantes, moradia, cinemas e teatros, edifícios de culto, boates, floriculturas e comércio varejista.
- Usos permissíveis: hotéis, pensões, estacionamentos particulares e outros usos de acordo com o Conselho de Zoneamento.
- Usos proibidos: postos de lavagem e lubrificação, oficinas e depósitos, estabelecimentos industriais e comércio atacadista.

O levantamento dos usos presentes no plano de revitalização do Setor Histórico distingue-se com os usos que as edificações apresentam nos dias de hoje. Mudanças

arquitetônicas foram efetivadas de acordo com as necessidades de acessibilidade, alterações arquitetônicas, condições climáticas e a subutilização de área com elevado potencial construtivo. A finalidade da revisão do SH possui como principal diretriz o artigo 5º da Carta de Veneza, visando a conservação das edificações, da paisagem urbana e a valorização dos espaços pela sociedade.

A conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode nem deve alterar à disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela evolução dos usos e costumes (CARTA DE VENEZA, 1964).

### 3 ESTUDO DE CASO

A região escolhida para a elaboração do inventário teve como base o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, realizado pelo IPPUC em 1970. Segmentado em duas partes, o recorte da Praça Tiradentes, Travessa Nestor de Castro, Largo da Ordem e Avenida Barão do Serro Azul fazem parte de um maior adensamento comercial e institucional, oriundo da proximidade com a Rua XV de Novembro e de edificações institucionais – como a Catedral e o Paço da Liberdade. O trecho que abrange as ruas Treze de Maio, Avenida Jaime Reis, e a Praça João Cândido foi considerado a parte mais alta do Setor, o qual possui uma movimentação reduzida comparada à região baixa do SH. O ponto de transição entre as duas zonas é determinado pelo Largo do Coronel Enéas (CURITIBA, 1970, p. 27), atualmente, denominado como Largo da Ordem.

### 4 METODOLOGIA

A pesquisa consiste no levantamento dos imóveis a partir da observação “in loco” de suas características físicas, a forma de uso e ocupação. A sistemática adotada de catalogação e avaliação dos edifícios dependem das referências arquitetônicas, escalas e usos dos lotes.

Foi elaborado um mapa índice de modo a organizar e tabular os dados levantado em campo. A divisão por quadras do território inventariado facilitou a leitura e a organização do material coletado “in loco”, também foi elaborada uma ficha com o objetivo de detalhar cada construção levantada, com isso foi possível a observação e análise de todas as edificações inventariadas. Catalogando primeiramente a sua escala, número de andares, a relação com a densidade construtiva e verticalidade da via urbana onde o imóvel se encontra.



Foi analisado o uso do imóvel, segundo a classificação abaixo proposta pela equipe de levantamento:

- Comercial: imóveis ligados a negócios, podem ser lojas, escritórios, consultórios, ateliês ou farmácias;
- Residencial: são edifícios que abrigam habitação unifamiliar, habitação coletiva ou transitória;
- Misto: quanto no mesmo edifício possui uso comercial e residencial;
- Institucional: podem estar ligados a usos institucionais governamentais ou assistência social como abrigos e refúgios;
- Religioso: podem ser igrejas, templos e terreiros, ou seja, usos que possam remeter algo espiritual ou sagrado;
- Cultural: museus, salas de exposições, ou usos culturais e recreativos como teatros, espaços de dança, entre outros;
- Sem uso: edificação que permanece sem nenhum uso ou atividades, e sem previsão de ocupação.

As referências arquitetônicas materializam o período em que as edificações foram produzidas e suas principais características construtivas. As edificações foram classificadas em:

- Colonial: são as primeiras construções que remetem a época de colonização portuguesa, suas características principais são paredes grossas e pequenas aberturas, como portas e janelas;
- Eclético: possui várias referências em outras épocas, um estilo bastante dramatizado e carregado de ornamentos, utiliza referências clássicas, góticas ou exóticas. Os ornamentos e elementos construtivos são pré-fabricados;
- Art déco: uma transição entre o eclético e modernista, possui formas geométricas bem definidas com bastante destaque em linhas retas e verticais. O uso do concreto armado possibilitou a utilização de volumes curvos, marquises e prateleiras de luz;
- Moderno: estilo racional que é mais evidente em Curitiba a partir da década de 1950, não possui adornos. O modernismo ocorre em Curitiba juntamente com o aumento da verticalização;
- Pós-Moderno: uma crítica a arquitetura moderna propondo novos modelos arquitetônico que rompem laços com a arquitetura internacional, em Curitiba a arquitetura pós-moderna buscou referências no movimento paranista da década de 1920;

- Contemporâneo: estilo simples, linhas retas e poucos detalhes trazem uma linha mais intimista com o local que foi construído;
- Sem referência: são fachadas que não trazem nenhuma referência clara<sup>10</sup>.
- O uso e a ocupação dos imóveis foram divididos em cinco categorias:
- Ocupado: quando todos os pavimentos da edificação têm algum uso ou estão para locação, ou venda;
- Subutilizado térreo: um edifício com mais de um pavimento que é utilizado apenas no nível térreo, os outros pavimentos podem estar vazios ou com usos secundários como depósitos;
- Subutilizado superior: quando o térreo permanece sem uso e o restante dos pavimentos são utilizados;
- Sem ocupação: o edifício não possui uso e o imóvel apresenta características de abandono;
- Vazio: o terreno não tem nenhuma construção, às vezes possui apenas a fachada. Os estacionamentos foram considerados com terrenos vazios.

Após a categorização de todos os lotes as informações foram passadas para tabelas, para auxiliar em uma comparação mais precisa sobre a quantidade e localização dos imóveis.

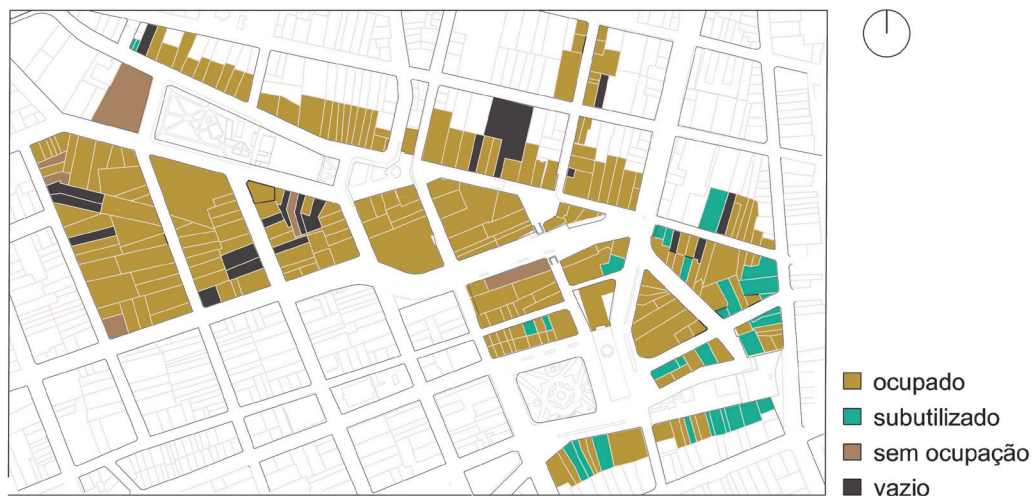
## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base nas análises dos mapas, observou-se alterações significativas comparado com o Plano do Setor Histórico. A alteração da tipologia e do uso das edificações resultou no abandono e na subutilização de muitos imóveis. Como exemplo, a presença de vazios urbanos, os quais são utilizados inadequadamente como estacionamentos, resultando na ruptura da paisagem histórica.

Os lotes subutilizados estão presentes em grande quantidade nas quadras próximas às ruas XV de Novembro e Barão do Rio Branco – resultado do crescimento comercial direcionado ao sul. Os estacionamentos estão concentrados na parte alta do SH, considerados lotes vazios com um grande potencial de uso.

<sup>10</sup> As referências arquitetônicas foram classificadas segundo a pesquisa de Batista, 2016.

FIGURA 1 – Mapa de Ocupação



FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

Ao analisar os usos, percebeu-se que o uso comercial ocupa boa parte do SH, porém, seu público diferencia-se ao decorrer do setor: no entorno da Praça Tiradentes e Generoso Marques possui lojas de roupas, sapatos e atacadistas; próximo ao Largo da Ordem, concentra-se a áreas comerciais de lazer, como bares, casas noturnas e restaurantes. Na parte alta, o comércio é voltado a escritórios e consultórios. Os edifícios institucionais estão em grande parte situados nos arredores da praça Tiradentes e do Largo da Ordem.

FIGURA 2 – Mapa de Uso



FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

Com relação à densidade, os edifícios com maior número de pavimentos encontram-se nas extremidades do Setor Histórico, a maioria possui referenciais arquitetônicos modernistas ou indeterminados. A evolução dos métodos construtivos refletiu de maneira decisiva na materialidade das edificações. As construções mais baixas, com até 2 pavimentos, possuem referências neocoloniais ou ecléticas – sendo o único testemunho do período colonial a Casa Romero Martins, ocupada por um espaço cultural pertencente à administração municipal. O ecletismo está presente em sobrados de 2 a 4 pavimentos, cujo pé direito possui cerca de três a quatro metros de altura. Já os edifícios modernos e pós-modernos possuem 5 pavimentos ou mais, contrastando com as demais escalas. Algumas edificações com referências ao art-déco são prédios com mais de 5 pavimentos, e sobrados de 3 a 4 andares. As edificações não identificadas foram construídas a partir da década de 1930 e possuem alturas variadas.

FIGURA 3 – Mapa de Densidade



FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

FIGURA 4 – Mapa de Referências Arquitetônicas



FONTE: Elaborado pelos autores (2020)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do inventário do Setor Histórico de Curitiba possibilitou a análise da efetividade do plano elaborado no início da década de 1970. Foi possível verificar que a maioria das ações delegadas no plano ao poder público municipal e algumas ao setor privado foram executadas. A indução de uma vocação turístico-cultural foi muito assimilada na área denominada Largo da Ordem e imediações, o que possivelmente salvaguardou muitos exemplares arquitetônicos importantes. As áreas no entorno da Praça Tiradentes e do Paço da Liberdade mantiveram a sua vocação comercial, como tradicionalmente já possuíam.

É possível afirmar, a partir das análises de usos, que as ações de salvaguarda previstas no plano foram efetivas quase que prioritariamente ao nível do pedestre, abrangendo sobretudo os pavimentos térreos das edificações. Outra constatação é que a maioria dos edifícios mais antigos, com referências ecléticas, possuem um maior grau de degradação ou de subutilização do que as edificações mais contemporâneas. Foi verificado que o uso residencial é inexpressivo, o que resulta na subutilização tanto das edificações quanto dos espaços públicos durante um período do dia e fins de semana.

Foi constatado o baixo interesse imobiliário no setor, pois as edificações mais recentes foram quase que exclusivamente produzidas pelo poder público. Os grandes números de estacionamentos também evidenciam esse fato, pois foram implantados

em terrenos cujas edificações foram demolidas e não houve atratividade financeira para a construção de novos empreendimentos.

Também foi verificado, através do levantamento de campo, que o Setor Histórico possui 10.556 m<sup>2</sup> de área construída subutilizada, 8.425 m<sup>2</sup> de terrenos vazios e 6.198m<sup>2</sup> de imóveis desocupados. Esses índices são o testemunho do potencial não explorado da área e reflexo da falta de planejamento do poder público e a necessidade de atualização do plano confeccionado no início da década de 1970.

A equipe concluiu, através da pesquisa bibliográfica, que a destinação turística e cultural impediu um maior desenvolvimento da região e até uma aparente degradação, desta forma a necessidade de revisão do plano é necessária e urgente. Novos usos devem ser estimulados, como o habitacional, que restauraria a vocação original de muitos edifícios, que possuíam comércio no pavimento térreo e moradia nos andares superiores.

Recuperar os usos tradicionais é a melhor forma de salvaguardar as edificações históricas.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Paulo Ormino. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 237-256, jan./abr. 2016. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142016000100237](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142016000100237)>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- BATISTA, Fábio Domingos. **Patrimônio: a cidade como história**. Curitiba: Grifo, 2016.
- BRAGA, Paula Marques. **Reabilitação urbana do Centro Histórico de Salvador: patrimônio cultural, turismo e participação social**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2008.
- BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: as faces do monstro urbano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.
- BRITO, Fausto. O deslocamento da população brasileira para as metrôpoles. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 221-236, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017>>. Acesso em: 23 ago. 2020.
- CURITIBA. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1970.
- GADENS, Letícia. **O processo de degradação física das áreas urbanas centrais e sua relação com a dinâmica urbana: estudo de caso em Curitiba, Paraná**. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- TEIXEIRA, Catharina Christina. Entre a intenção e a prática, particularidades do caso Pilar III, Taboão, Salvador, BA. **Vitruvius**, São Paulo, v. 1, n. 214, mar. 2016. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.214/6928](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.214/6928)>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- ICOMOS. **Carta de Veneza**, Veneza, 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Carta de Washington**. Washington: 1986. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- IPHAN. **Carta de Petrópolis**. Petrópolis: 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Compromisso de Salvador**. Salvador: 1971. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 6 jul. 2020.
- IPPUC. **1960 a 1970: o plano diretor**. Curitiba: IPPUC. Disponível em: <[www.ippuc.org.br/mostrarlindahotempo.php?pagina=12](http://www.ippuc.org.br/mostrarlindahotempo.php?pagina=12)>. Acesso em: 6 jul. 2020.

OBA, Leonardo T. **Os marcos urbanos e a construção da cidade**: a identidade de Curitiba. 1998. 327 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

OLODUM, **Cartão Postal**. Salvador, 1994.

POMBO, Francisco da Rocha. **O Paraná no centenário**. Rio de Janeiro: José Olympio; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Estado do Paraná, 1980.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2001.

SUTIL, Marcelo Saldanha. **O espelho e a miragem**: ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século. 1996. 165 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

UNESCO. **Declaração de Paris**. Paris: 2003. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 6 jul. 2020.